

Elenco e enredo nas eleições presidenciais de 1998

Bolívar Lamounier *



O efetivo aquecimento do processo sucessório depende de dois fatores: do debilitamento político do presidente Fernando Henrique e do surgimento, entre as diferentes oposições, de um ou mais candidatos em condições de capitalizar esse eventual debilitamento. Parece ser uma coisa só, mas, na verdade, são duas. De um lado, a perda, pelo presidente, de uma parte do enorme capital político que ele ainda detém. De outro, a capacidade que tenham seus eventuais contendores de superar os seus próprios dilemas. O debilitamento do presidente é a condição necessária para que as oposições possam avançar, mas de nada lhes servirá, eleitoralmente, se elas não forem capazes de criar linhas de tensão, políticas realmente relevantes, que imponham ao processo sucessório um formato favorável ao seu projeto.

A possibilidade do debilitamento político surgiu. De janeiro a abril deste ano, Fernando Henrique viu uma penca de pepinos avolumar-se subitamente em seu caminho; um inferno astral que obviamente não lhe retira a condição de franco favorito na eleição do ano que vem, mas reduz a proporções sensatas a expectativa exagerada que a esse respeito se havia formado no bojo da aprova-

ção da reeleição pela Câmara dos Deputados. Os números do déficit comercial tornaram-se bem mais incômodos, a ponto de levar o governo a tomar algumas medidas de restrição às importações e ao crédito. A preocupação com o desemprego e a marcha dos “sem-terra” recolocaram a questão social com mais força na agenda do debate público, indicando que o discurso centrado nos ganhos da estabilidade monetária pode ter entrado na fase dos rendimentos políticos decrescentes. A via-crúcis da reforma administrativa mostrou que o poder do Executivo diante do Le-

De janeiro a abril deste ano, surgiu a possibilidade de debilitamento do governo de Fernando Henrique

gislativo tem limites bem definidos, apesar da reeleição, e o imbróglio da privatização da CVRD mostrou que limites não menos efetivos podem surgir pelo lado do Judiciário. Vão assim surgindo espaços alternativos que há três ou quatro meses pareciam não existir. (Espaços políticos, bem entendido, que as oposições podem ou não ser capazes de preencher com propostas consistentes no que se refere à política econômica.) Some-se a tudo isso o fato de que estamos a apenas 18 meses da eleição e a conclusão será, inevitavelmente, que já nos estamos aquecendo para o jogo sucessório.

Essa, porém, é a peculiaridade: entramos no aquecimento para um jogo que ainda não está delineado. Sabe-

mos que um palanque estará ocupado pelo atual presidente, provavelmente na condição de candidato mais forte, escudado nos êxitos que tem colhido no controle da inflação e na deflagração de um amplo programa de reformas. E sabemos também que, no palanque ou palanques contrários, estarão os críticos do modelo dito “neoliberal”: isto é, os

que acham que o País poderia conviver com alguma inflação (ou alcançar a mesma estabilidade monetária que temos tido com menos sacrifício em termos de crescimento econômico e criação de empregos), e outros tantos criticando a ineficácia (real ou imaginária) do atual governo no que se refere à política social. O que não sabemos é em quantos palanques relevantes estará dividida a oposição de Fernando Henrique. Teremos uma eleição bipolar, com um candidato catalisando todos as linhas de ataque contra o atual presidente? Um formato triangular, com uma linha de ataque pela direita (Maluf?) e outra pela esquerda (neste caso, uma candidatura petista de Lula ou Tarso Genro, ou, quem sabe, uma convergência da esquerda com lideranças ditas “populistas”), ou, quem sabe, um número ainda maior de candidaturas relevantes?

O formato bipolar pode parecer fantasioso, tendo em vista o nosso exacerbado pluralismo partidário, mas não custa lembrar que ele já predominou nas eleições de 1994 (FHC x Lula), e também que a estabilidade monetária, a popularidade de Fernando Henrique e a agenda de reformas econômicas exercem uma pressão simplificadora sobre o quadro

partidário como um todo. Há, por conseguinte, uma tendência bipolar embutida no sistema. A principal condição para que essa bipolaridade latente se imponha é o debilitamento político de Maluf: um debilitamento que o levasse a abandonar o projeto presidencial, disputando apenas o governo de São Paulo. Quanto a Lula, seu comportamento, no momento, denota uma esperta ambigüidade. Ele dá a entender que poderá ser o candidato se o jogo caminhar, de fato, para uma bipolaridade como a de 1994 e se o PT admitir se integrar numa frente que não seja estritamente de esquerda, que englobe algumas das lideranças usualmente designadas como “populistas” e candidaturas expressivas aos executivos estaduais. Sem essa condição, Lula sabe, e já o disse com todas as letras, que acabará batendo

num teto de 20 ou 25% dos votos, como ocorreu nas vezes anteriores.

O cenário triangular, como disse, depende essencialmente de Paulo Maluf. No momento, a percepção predominante é de que ele não conseguirá recuperar-se do duplo nocaute, que foi a derrota na questão da reeleição e a hipótese de envolvimento de seu pupilo, o atual prefeito Celso Pitta, na questão dos precatórios. Mas nunca é demais lembrar que o malufismo tem um núcleo irredutível, uma plataforma de lançamento nada desprezível, à qual Maluf certamente recorrerá no momen-

to em que as condições lhe forem menos desfavoráveis.

Um cenário com maior número de opções depende do que venha a decidir essa grande esfinge do nosso sistema partidário: o PMDB. Estará o PMDB no palanque de Fernando Henrique, integrar-se-á a uma coalizão populista de esquerda, ou optará por uma candidatura própria? As divisões internas do partido tornam problemática cada uma dessas três alternativas. Para apoiar Fernando Henrique, teria de livrar-se do complexo de parceiro menor, tarefa que nenhuma de suas lideranças, a julgar pelos dados de que hoje dispomos, parece em condições de realizar. Integrar-se a uma frente populista de esquerda?

Um cenário com maior número de opções depende do que venha a decidir a grande esfinge do sistema partidário: o PMDB

Lula parece trabalhar com essa hipótese, a julgar pelos sinais de fumaça que tem enviado, por exemplo, aos senadores Roberto Requião e Pedro Simon, mas o fato é que boa parte do PMDB não digere a esquerda mais radical – e a recíproca é certamente verdadeira. Lançar candidato próprio? Nesse caso será necessário examinar, primeiro, se as candidaturas habitualmente aventadas têm de fato a densidade eleitoral que lhes é atribuída: Itamar Franco, se entrar para o partido, José Sarney, se resolver se distanciar de Fernando Henrique, ou o próprio Ro-

berto Requião, com a notoriedade que adquiriu como relator da CPI dos Precatórios. E, em segundo lugar, se esse PMDB com candidatura própria não

se enredaria mais ainda nas dificuldades que o debilitaram no decorrer da última década: sua heterogeneidade interna, que era positiva para a antiga “frente de oposições”, mas que se tornou paralisante nas condições atuais, e sobretudo a incapacidade do partido em se definir com mais clareza a respeito da agenda de reformas econômicas, uma vez constatada a falência do nosso velho modelo intervencionista. ■

* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da ACM Consultores.